



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CAMPUS SOBRAL

EMANUELLE MARIANA VASCONCELOS

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA
GERAL NA ECONOMIA E SOCIEDADE BRASILEIRA**

SOBRAL – CE

2023

EMANUELLE MARIANA VASCONCELOS

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA
GERAL NA ECONOMIA E SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará – UFC como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Guaracyane Lima Campêlo

**SOBRAL - CE
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V45i Vasconcelos, Emanuelle Mariana.
Os Impactos da Pandemia de Covid-19 na Economia e Sociedade Brasileira : Revisão de Literatura / Emanuelle Mariana Vasconcelos. – 2023.
47 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Curso de Ciências Econômicas, Sobral, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Guaracyane Lima Campêlo.
1. Pandemia. 2. Economia. 3. Impactos Covid-19. I. Título.

CDD 330

EMANUELLE MARIANA VASCONCELOS

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA
GERAL NA ECONOMIA E SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará – UFC como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Guaracyane Lima Campêlo

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Guaracyane Lima Campêlo

Prof. Dra. Cleycianne de Souza Almeida

Prof. Dra. Kílvia Helane Cardoso Mesquita

SOBRAL - CE

2023

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados” Mahatma Gandhi.

RESUMO

A pandemia de covid – 19 trouxe diversas mudanças principalmente no modo de viver da sociedade e na economia mundial. A implementação de medidas de isolamento foi essencial para conter a velocidade de contaminação do vírus, mas isto acarretou em diversas consequências nas quais serão descritas neste estudo. Para tanto, o objetivo principal é relatar quais os impactos da pandemia de covid-19 no Brasil. E os objetivos específicos são: analisar o histórico das pandemias que já surgiram no mundo até a chegada da covid – 19; abordar como ficou a atividade econômica, desemprego e empreendedorismo durante a pandemia; citar os efeitos da pandemia mediante as desigualdades sociais e pobreza no Brasil, e; apresentar quais as políticas econômicas foram adotadas pelo governo durante a pandemia. É extremamente relevante abordar como ficou o cenário brasileiro com a chegada da pandemia, apresentando dados teóricos que comprovem o fato. Desse modo, adotou-se como metodologia, a pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa do tipo revisão de literatura, utilizando as bases de dados Scielo e Google acadêmico por meio do cruzamento de descritores em português e inglês, coletando estudos publicados nos últimos quatro anos. Como conclusão, ressalva-se que a pandemia trouxe diversas mudanças na sociedade e principalmente na economia brasileira. Logo, os avanços tecnológicos tiveram um papel primordial na evolução dos sistemas, na maneira de movimentar a economia, na interação entre as pessoas e principalmente na forma de obter informação. Contudo, é preciso rever e estudar mais profundamente, como tal mudança pode afetar as situações das desigualdades sociais e pobreza e como o governo pode dar assistência a essa parcela da população que foi severamente atingida e que ainda luta para sobreviver.

PALAVRAS-CHAVE: Impactos. Pandemia. Covid-19. Economia. Sociedade.

ABSTRACT

The covid-19 pandemic brought several changes, mainly in the way of life of society and the world economy. The implementation of isolation measures was essential to contain the speed of virus contamination, but this resulted in several consequences that will be described in this study. To this end, the main objective is to report the impacts of the covid-19 pandemic in Brazil. And the specific objectives are: to analyze the history of pandemics that have already emerged in the world until the arrival of covid-19; address how economic activity, unemployment and entrepreneurship were during the pandemic; mention the effects of the pandemic on social inequalities and poverty in Brazil, and; present which economic policies were adopted by the government during the pandemic. It is extremely relevant to address what the Brazilian scenario was like with the arrival of the pandemic, presenting theoretical data that prove the fact. Therefore, exploratory descriptive research with a qualitative approach of the literature review type was adopted as a methodology, using the Scielo and Google Scholar databases by crossing descriptors in Portuguese and English, collecting studies published in the last four years. In conclusion, it should be noted that the pandemic brought several changes to society and especially to the Brazilian economy. Therefore, technological advances played a key role in the evolution of systems, in the way the economy moves, in the interaction between people and mainly in the way of obtaining information. However, it is necessary to review and study in more depth how such a change can affect situations of social inequalities and poverty and how the government can provide assistance to this part of the population that has been severely affected and still struggles to survive.

KEYWORDS: Impacts. Pandemic. Covid-19. Economy. Society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE Auxílio Emergencial

CAGED Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

EaD Educação a Distância

ESPII Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

FMI Fundo Monetário Internacional

FGV Faculdade Getúlio Vargas

GEM *Global Entrepreneurship Monitor*

ICMS Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS Imposto sobre Serviços

HA Hemaglutinina

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS Organização Mundial de Saúde

PIB Produto Interno Bruto

PMEs Pequenas e Médias Empresas

PNDA Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

MEI Microempreendedores Individuais

MP Medida Provisória

MPEs micro e pequenas empresas

NA Neuraminidase

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONU Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	9
2.0	REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1	A CHEGADA DA PANDEMIA DE COVID – 19 NO BRASIL E NO MUNDO	12
2.2	MEDIDAS E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS GOVERNOS	13
2.3	ATIVIDADE ECONÔMICA E DESEMPREGO	15
2.4	MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO	19
2.5	AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	21
2.6	DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA	23
3.0	RESULTADO E DISCURSSÃO	26
3.1	EMPREENDEDORISMO	27
3.2	A ERA DIGITAL COMO SOLUÇÃO	28
3.3	POLÍTICAS ECONÔMICAS: AUXÍLIO EMERGENCIAL E OUTROS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS	30
3.4	OS DESAFIOS PRESENTES NO COTIDIANO	35
4.0	REFERENCIAL METODOLÓGICO	39
4.1	TIPO DE ESTUDO	39
4.2	COLETA DE DADOS	39
4.3	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	40
4.4	ANÁLISE DE CONTEÚDO	40
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica e indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo a nível mundial. Na história do mundo diversas pandemias já surgiram, dentre elas destacam-se: a peste de Atenas, a peste Justiniana, a peste negra do século XIV, a pandemia de Cólera, a Gripe Espanhola, vírus do H1N1 e em 2019, a Covid-19 (SILVA, et al., 2021).

O coronavírus foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, especificamente na cidade de Wuhan e três meses depois já havia registro em mais 143 países, estados ou territórios, o que levou a OMS a declará-la como uma pandemia em 11 de março de 2020. A covid – 19 foi caracterizada como pneumonia grave de etiologia desconhecida, seus sintomas acometeram em diferentes níveis de complexidade, ocasionando em casos assintomáticos até casos mais graves de insuficiência respiratória aguda (LANA, et al., 2020).

Para conter a disseminação do vírus à Organização Mundial de Saúde junto aos governos, adotaram medidas de controle de infecção para diminuir o contágio, tais como: isolamento social, fechamento de serviços que poderiam gerar aglomeração, como comércio, shows e ambientes fechados. Logo, tais medidas exerceram forte pressão na economia mundial, levando ao fechamento de várias empresas e à perda de emprego e renda por parte da população, fazendo surgir uma nova crise econômica (BARRETO, et al., 2020).

O isolamento social impacta diretamente na forma de as pessoas se relacionarem, trabalharem, viverem: planos pessoais desfeitos ou reprogramados, viagens canceladas, projetos suspensos ou adiados, empregos perdidos. Logo, o impacto da pandemia, portanto, não é apenas de natureza biomédica e epidemiológica em nível mundial, mas se faz presente em todos os setores da vida, com repercussões sociais, econômicas, culturais e políticas (LIMA NETO, et al., 2022).

Os impactos econômicos na demanda, na produção e no mercado financeiro foram visíveis. A produção industrial brasileira está 38,3% abaixo da alta histórica. Além disso, muitos empreendedores tiveram que se reinventar e pensar em novas forma de conduzir suas empresas, visando a sua sobrevivência no mercado. Sendo assim, mesmo inseridos em um contexto de crise, alguns empreendedores

identificaram novas oportunidades de negócio, através de soluções inovadoras em resposta às dificuldades enfrentadas (SILVA; MIRANDA; HOFFMAN, 2021).

A situação das desigualdades sociais já era muito grande antes mesmo da pandemia e foi agravada com a chegada da Covid-19, onde afetou profundamente a população que vive na pobreza e extrema pobreza. Primeiramente tratando-se das condições de moradia e saneamento básico, que impediam estas pessoas de realizar qualquer medida de restrição adotada pelo governo. Apesar da repentina evolução tecnológica, a adesão de aparelhos eletrônicos e acesso à internet ainda era uma realidade fora do mundo para estas pessoas (BÓGUS; MAGALHÃES, 2020).

Para minimizar o impacto da crise econômica sobre os grupos vulnerabilizados socialmente, criou-se em 2020 o Auxílio Emergencial (AE) com o propósito de diminuir as consequências do desemprego e da falta de renda em grande parte da população. Este auxílio foi instituído em duas versões, a versão 2020 e a de 2021 e tiveram respostas tanto positivas, como negativas. Houve também uma mudança no programa Bolsa Família, que foi encerrado em 2021 e em seu lugar surgiu o Auxílio Brasil (SILVA, 2022).

Baseado no que foi exposto, este estudo justifica-se pela necessidade de ter presente na literatura nacional, um acervo bibliográfico sobre os impactos provocados pela pandemia de covid - 19 na população brasileira, pois é extremamente relevante abordar como o Brasil foi afetado pela chegada da pandemia, apresentando dados teóricos que comprovem o fato. Mediante isto, faz-se a seguinte indagação: quais os impactos que a pandemia de covid - 19 trouxe a população brasileira?

Para isso, este estudo tem como objetivo principal: Relatar quais os impactos da pandemia de covid-19 no Brasil, abordando de forma geral o aspecto econômico e social do povo brasileiro. E como objetivos específicos: analisar o histórico das pandemias que já surgiram no mundo até a chegada da covid - 19; abordar como ficou a atividade econômica, desemprego e empreendedorismo durante a pandemia; citar os efeitos da pandemia mediante as desigualdades sociais e pobreza no Brasil, e; apresentar quais as políticas econômicas foram adotadas pelo governo durante a pandemia.

A metodologia aplicada a este trabalho foi uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa do tipo revisão de literatura. Para realizar a seleção da

amostra nas bases de dados foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos em português e inglês em fontes eletrônicas publicados nos últimos 03 anos (2020 a 2023), utilizando o descritor “and” na busca por covid-19 na economia, sociedade brasileira e aspectos gerais impactados pela covid – 19.

2.0 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A CHEGADA DA PANDEMIA DE COVID – 19 NO BRASIL E NO MUNDO

Pandemia é quando a doença se espalha a nível mundial e a maioria das pessoas não é imune a ela. Diversas doenças surgiram no planeta terra ao longo do tempo, e estes sucessivos acontecimentos de natureza condicionaram, em grande medida, o desenvolvimento dos povos, onde tiveram que se adaptar para sobreviver a tais ameaças (SILVA, et al., 2021).

Souza et al., (2021) abordam que foi em dezembro de 2019 que começou uma mudança drástica da vida no planeta, quando teve início na China, a maior crise sanitária deste século, ocasionada pelo surgimento do novo coronavírus. O vírus se espalhou pelo mundo em alta velocidade e no Brasil, o primeiro diagnóstico de paciente com o novo coronavírus ocorreu em fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo. Todo este processo recente revolucionou o *modus operandi* mundial em relação às medidas de enfrentamento da pandemia.

Uma pandemia pode até mesmo se tornar evento em escala global, como é o caso da covid-19, que levou menos de três meses para que, no início de 2020, mais de 210 países e territórios confirmassem contaminações com o novo coronavírus, casos da doença e mortes. A coronavírus foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, especificamente na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei e três meses depois, já havia registro em mais 143 países, Estados ou territórios, o que levou a OMS a declará-la como uma pandemia em 11 de março de 2020 (LANA, et al., 2020).

Em 30 de janeiro a Organização Mundial de Saúde (2020) anunciou o então surto como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), que, conforme preconiza o Regulamento Sanitário Internacional, significa o mais alto nível de alerta quanto ao potencial de propagação do vírus. Sendo declarada a pandemia pela OMS em 11 de março de 2020.

Segundo a Organização, trata-se da sexta vez na história recente que uma ESPII é declarada; as outras foram: 1. Pandemia de H1N1, em 25 de abril de 2009; 2. Disseminação internacional de poliovírus, em 5 de maio de 2014; 3. Surto de Ebola na África Ocidental, em 8 de agosto de 2014; 4. O vírus zika e o aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas, em 1º de fevereiro de 2016; e, 5. Surto de ebola na República Democrática do Congo, em 18 de maio de 2018 (OMS, 2020).

Em 24 de julho de 2020 o mundo registrou 15.296.926 casos confirmados e 628.903 mortes acumuladas. O Brasil, nesta mesma data, registrava 2.343.366 casos confirmados e 85.238 mortes acumuladas. Em 07 de junho 2021, já alcançava a marca de 487.401 mil vidas perdidas. Em 07 de junho de 2021, o número de casos confirmados globalmente era de 172.956,039 e 3.726,466 vidas perdidas (BRASIL, 2021).

Diante desse contexto, a sociedade vivenciou uma situação pandêmica a nível mundial em pleno século XXI, evidenciando os desafios econômicos e sociais que cada país enfrentou diante desse cenário, indicando os obstáculos que o Brasil passou e as consequências deixadas na sociedade e cenário econômico do país.

2.2 MEDIDAS E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS GOVERNOS

Os governos e sistemas de saúde, por sua vez, foram obrigados a definir uma série de intervenções, estratégias e medidas de enfrentamento da pandemia para mitigar seus efeitos e responder às suas consequências. Uma das principais estratégias tem sido o isolamento social, medida orientada pela OMS (LANA, et al., 2020).

A velocidade de contaminação do vírus e a gravidade com que a Covid-19 acomete uma parte da população são dois aspectos preocupantes que acabam por pressionar o sistema de saúde no Brasil, principalmente no setor público, o qual apresentou uma situação crítica, particularmente, com relação ao número de leitos, disponibilidade de equipamentos e trabalhadores de saúde, para responder às necessidades impostas pela pandemia, especialmente em algumas regiões (HOCHMAN; BIRN, 2021).

A OMS (2020) configura a implementação de medidas de isolamento social, como a suspensão de aulas presenciais, eventos esportivos e religiosos, além do

fechamento de cinemas, teatros, restaurantes e bares, a fim de evitar aglomerações. O isolamento social é a maneira mais prudente a ser adotada para diminuir os riscos de contaminação, facilitando que o contágio diminua e as atividades possam ser retomadas o quanto antes, dentro da normalidade.

O isolamento social impacta diretamente na forma de as pessoas se relacionarem, trabalharem, viverem: planos pessoais desfeitos ou reprogramados, viagens canceladas, projetos suspensos ou adiados, empregos perdidos. Logo, o impacto da pandemia, portanto, não é apenas de natureza biomédica e epidemiológica em nível mundial (LIMA NETO, et al., 2022).

A crise pandêmica veio acentuar a necessidade de cooperação e colaboração entre países e níveis de governação e de administração. De acordo com Silva et al. (2021) a criação progressiva de ambientes urbanos saudáveis passou a fazer parte das prioridades políticas nos diferentes países, necessitando do envolvimento da implementação das estratégias e de políticas de saúde para tornar mais sustentável o desenvolvimento social e econômico.

Segundo Bardiou (2020) esses mecanismos fizeram com que as autoridades governamentais tivessem de aplicar diversas medidas para controlar a propagação do vírus, entre elas, o social, que afetou muitas esferas da população: biológica, social, política, educacional e econômica, ocasionando o fechamento temporário de muitos setores.

A implementação de medidas de isolamento social, como a suspensão de aulas presenciais, eventos esportivos e religiosos, além do fechamento de cinemas, teatros, restaurantes e bares, a fim de evitar aglomerações e, com isso, a diminuição do ritmo de contágio do vírus, foi extremamente importante para a preservação de vidas mediante a redução do pico de incidência da doença, tendo em vista que a covid – 19 era de fácil contágio e se disseminava rapidamente entre as pessoas, principalmente as que não usavam máscaras, nem faziam o uso do álcool em gel (SENHORAS, 2020).

Segundo a OMS (2020) o isolamento social é a maneira mais prudente a ser adotada para diminuir os riscos de contaminação, permitindo que o contágio diminua e as atividades possam ser retomadas o quanto antes, dentro da normalidade.

Entretanto, permanecer com todo o comércio fechado, afetou de forma significativa a atividade econômica do país, trazendo um futuro de incertezas para as empresas.

Nesse contexto, as medidas e estratégias utilizada pelo governo foram de essencial importância, para tentar impedir ainda mais a propagação do vírus, articulando de forma colaborativa com outros países, houveram resistências por parte da população pois ainda acreditasse que era vírus não letal, e olhando pela perspectiva daqueles que o sustento da família era tirado do comércio, e trabalho na rua.

2.3 ATIVIDADE ECONÔMICA E DESEMPREGO

A pandemia da Covid-19 afetou de forma imediata toda a classe trabalhadora do mundo, levando a uma retração econômica e trazendo consequências severas a economia brasileira, assim, potencializando a fragilidade do mercado de trabalho, que vinha passando por um processo de deterioração nos últimos anos (SCHREBER, et al., 2021).

Além da crise sanitária desencadeada pela pandemia, a economia brasileira também sofreu impactos, que, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra alteração na composição da força de trabalho no Brasil em 2020, se comparada ao segundo trimestre de 2019 e 77,8% das empresas em funcionamento no Brasil reportaram que a Covid-19 impactou negativamente a economia, onde 13,5% reduziram o número de funcionários, e, destas, 10,5% indicaram redução de mais de 50% de empregados (IBGE, 2020).

De acordo com Flexor, Silva e Rodrigues (2021) o desemprego foi uma das principais consequências durante a pandemia de Covid-19 atingindo uma grande parcela da população, principalmente quem trabalhava nos segmentos que demandavam a presença física do trabalhador quanto a presença física dos clientes. A taxa de desocupação, que era de 10,5% no início de maio de 2020, alcançou 13,3% no início de agosto. A Pnad-Covid19 também relevou que as pessoas pretas ou pardas e aquelas com menores níveis de escolaridade foram as mais negativamente atingidas pelos impactos econômicos da covid-19.

Ianni et al., (2022) corrobora que os setores que mais sofreram com o desemprego fora os serviços que lidavam diretamente com o público em massa, como o turismo, seguido de toda a sua cadeia produtiva, hotelaria, aviação, restaurantes, assim como toda a economia criativa, que são os shows, eventos, feiras, cinema, entre outros.

A OMS (2020) junto a Secretaria de Inspeção do Trabalho (2020) sugeriu diversas ações para o ambiente de trabalho e assim manter os funcionários seguros, algumas delas foram: manter a higiene das mãos, dos objetos e do ambiente de trabalho como um todo; além disso, tiveram que manter o distanciamento de 1,5 metro a 2 metros entre os trabalhadores e dividir-se em turnos para evitar aglomerações.

Em algumas empresas, tiveram que diminuir a frequência e a duração do contato com o público externo, para tanto, fizeram algumas reuniões ou contatos, tiveram que ser feitos online ou com horários agendados. Dessa forma, todo o processo produtivo também teve que se modificar, assim, mudando toda a rotina de diversos setores de determinadas empresas (FELIPE, et al., 2021).

O Fundo Monetário Internacional estimou que a economia mundial encolherá em torno de 5,1% em 2020. Os impactos econômicos e sociais já se mostram profundos, e os esforços para recuperação serão de tamanho inédito, demandando ainda algum tempo para alcançar os indicadores pré-crise. Esses números resultam das medidas de isolamento e distanciamento social postas em prática por quase todos os países na contenção da pandemia (FMI, 2020).

Para Gussen e Martins (2021) as medidas de contenção da propagação do coronavírus colaboraram na questão do desemprego, pois incluem o fechamento de diversos serviços. Assim, o desemprego, que já era um expressivo problema, continuou a aumentar. O número de desalentados também aumentou, em 2017 eram cerca de 13,5 milhões de pessoas nessa condição e em maio de 2020 o número subiu para 25,7 milhões, sendo que 17,7 milhões pararam de procurar emprego por causa da pandemia.

Os impactos econômicos na demanda, na produção e no mercado financeiro foram visíveis e segundo dados do IBGE, houve redução no setor industrial que em abril caiu 18,8% em relação ao mês anterior. Com a queda, a produção do Brasil estava 38,3% abaixo da alta histórica. Os maiores impactos, se concentraram na

região Sudeste e região Norte e durante o segundo semestre de 2020, 277 mil empresas cortaram empregados e, dessas, 52,6% enxugaram o quadro de funcionários em até 25% (IBGE, 2020).

As necessárias medidas de distanciamento social agravam a queda na demanda em diversos setores e de acordo com os dados do novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), a ação teve resultados desastrosos no mercado de trabalho brasileiro, que foi oficialmente alterado de março para abril devido à nova pandemia do coronavírus, onde fechou 1,1 vagas com carteira assinada. Outros 8,1 milhões de trabalhadores tiveram contrato suspenso ou redução de salário e jornada (BRASIL, 2020).

Do ponto de vista empresarial, considerando as operações da indústria, do comércio e da prestação de serviços, o Brasil enfrentou mais de 100 dias de fechamento das atividades econômicas não-essenciais em 2020. As micro e pequenas empresas (MPE's) no Brasil, chegam a 98,5% de todas as empresas, onde são responsáveis por 54% da geração formal de emprego e por 27% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) nacional (NASSIF, et al., 2020).

Segundo a PNAD Contínua (2020) o Brasil terminou o ano de 2020 com o fechamento de 7,336 milhões de postos de trabalho. A taxa de desemprego foi a maior, se considerarmos a série histórica medida pelo instituto: média de 13,5%, representando 13,415 milhões de desempregados. Nessa pesquisa, destaca-se, inclusive, a diminuição do setor informal, que registrou uma taxa de 38,7% – o que equivale a 33,3 milhões sem carteiras assinadas, em relação a 2019, quando esta taxa representava 41,1% (IBGE, 2020),

Apesar de seu papel importante, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são as mais ameaçadas pela crise devido a sua posição financeira relativamente vulnerável. O fechamento de PMEs e do aumento do desemprego, fizeram com que os empresários do mundo todo, foram compelidos a reinventar e elaborar estratégias de proficiência, buscando oportunidades em meio ao caos (SENHORAS, 2020).

Para Matta et al. (2021) essa pandemia agravou a desigualdade e criou um ambiente gravemente inseguro. O PIB caiu 1,5% no primeiro trimestre de 2020, refletindo o impacto da nova pandemia de coronavírus na economia brasileira. Esse

número é o menor resultado desde o segundo trimestre de 2015, quando o indicador caiu -2,1%.

Segundo Cardoso (2020) a queda da atividade econômica impactou diretamente na arrecadação de impostos. Assim, houve uma drástica redução nas receitas dos governos, especialmente nos estados e municípios, onde grande parte dos recursos são oriundos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS).

Entretanto, segundo os Dados da Rede de Pesquisa Solidária e da Pesquisa Nacional de Domicílios PNAD-Covid-19 as desigualdades sociais também estão presentes neste aspecto, onde indicam que o perfil do trabalhador remoto brasileiro é majoritariamente branco, com ensino superior completo e feminino, predominantemente vinculado ao setor de serviços, do ensino superior e cargos de gerência e administrativos do setor agroindustrial (IBGE, 2020).

Como foi perceptível, a pandemia elevou as desigualdades de renda e evidenciaram as desigualdades sociais, demonstrado através de dados a perda do emprego formal por parte dos indivíduos que possuem apenas a formação básica, não afetando os trabalhadores com curso superior de maneira tão significativa. (MACEDO; MACEDO, 2020).

A pesquisa PNAD-Covid-19 também revela que o desemprego atingiu de forma distinta diversos setores, mas enquanto para uma grande parcela restou o desemprego, ou para os que se mantiveram ocupados medidas como a suspensão dos contratos de trabalho e acordos de redução de salários, por exemplo, para outros resultou em intensificação do trabalho e os desafios de terem que se adaptar rapidamente a modalidade do trabalho remoto, assumindo partes do custo do trabalho e jornadas para além dos habituais (GUSSEN; MARTINS, 2021).

Entre oito e nove milhões de trabalhadores, tanto do setor público quanto do privado, passaram a trabalhar na modalidade do teletrabalho (remoto/home office) em suas residências. A pesquisa PNAD-Covid-19 revelou que, em julho de 2020, em torno de 10% da população ocupada estavam trabalhando remotamente, e os indicadores variavam semana a semana, com o menor patamar de 8,184 milhões na terceira semana de julho e o maior, na primeira semana de junho com quase nove milhões de pessoas trabalhando remotamente, distribuídos desigualmente entre as diferentes

regiões brasileiras. A maior fração foi concentrada no Sudeste, com 13% da população ocupada, e a menor fração (em torno de 4%), na Região Norte do país (IBGE, 2020).

Portanto, a pandemia trouxe consigo desafios para atividade econômica no cenário pandêmico, trazendo desempregos e dificuldades na renda por falta de circulação e abertura do mercado que exerce trabalho direto com o público, por conta das restrições impostas para conter o avanço da covid-19.

2.4 MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo Maciel et al., (2021) a pandemia de covid-19 causou mudanças e questionamentos sobre o mundo do trabalho, com consequências para pessoas que trabalham nas mais variadas atividades, mas especialmente as que atuam dentro do chamado mercado informal, ou seja, vendedores ambulantes, prestadores de serviços em manutenção, trabalhadores domésticos etc., veem-se impedidas de trabalhar, em decorrência do distanciamento social.

A pandemia de covid-19 mudou a realidade global à medida que impôs como obrigação as restrições no cotidiano das pessoas. Corporações internacionais e companhias nacionais de grande porte, perante uma crise, colocam em prática de forma corriqueira, medidas com desenvolvimento de estratégia de negócios, sendo essa uma realidade diferente para as pequenas e médias empresas, na qual desprezam uma devida atenção ao desenvolvimento de estratégias (SCHREBER, et al., 2021).

Segundo Felipe et al., (2021) para se superar epidemias e pandemias é necessário a confiança nas autoridades, no conhecimento científico, nos países. A confiança é extremamente necessária nesse contexto para que as experiências de países que já se encontram em fases mais avançadas possam servir para os países que ainda estão no início do processo.

A equipe econômica do governo tem seguido uma tendência de informalização do trabalho, o que pouco contribui para o processo de recuperação, visto que esse trabalhador tem pouco acesso a linhas de crédito oferecidas, bem como não tem direito a seguros-desemprego e licenças de saúde, o que agrava mais ainda os impactos da crise (MACIEL et al., 2021).

Segundo Costa (2020), o desafio apresentado atualmente aos países exige uma estratégia muito mais complexa do que simplesmente injetar liquidez na economia e auxílios emergências à população mais vulnerável. Se faz necessário o desenvolvimento de uma política econômica voltada ao longo prazo, que impacte no pós-pandemia e que esteja pautada no desenvolvimento de ações que contribuam para uma recuperação econômica gradual.

Os dados da Organização Internacional do Trabalho (2020) também ratificam a dimensão do deterioro do mercado de trabalho: são mais 400 milhões de empregos perdidos e uma previsão de que mais do que 430 milhões de pequenos negócios estão sob risco de falência. Não é necessário dizer que a perda de empregos vem afetando mais mulheres do que homens. E muito mais mulheres negras que vivem nas periferias. Estima-se que, em todo o mundo, 54% dos empregos perdidos serão de mulheres (OIT, 2020).

Para Sousa (2021) a crise econômica tem efeitos na vida dos indivíduos por meio do aumento do desemprego, redução da renda e aumento da incerteza acerca de empregos futuros, tais condições macroeconômicas provocam efeitos complexos na saúde. Assim, os impactos manifestam-se nas empresas de diferentes maneiras, como a interrupção da cadeia de suprimentos, escassez de mão de obra, paralisação das instalações de produção, redução da demanda ou dificuldades de acesso a financiamentos.

As indústrias de varejo, enquanto varejistas da moda, de móveis, e de eletrônicos, seguiram as orientações e mantiveram os estabelecimentos fechados temporariamente. Já os varejistas de alimentos, continuaram a negociar, a fim de atender as demandas do mercado. Por fim, a mesma situação ocorre com a indústria farmacêutica e outros segmentos relacionados à saúde (IANNE, et al., 2022).

Rezende et al., (2020) citam que a pandemia foi um grande desafio para as empresas, especialmente as micro e pequenas que não dispunham de folego financeiro para realizar novos investimentos, dado que o país acabou de sair de um período de recessão econômica. Os centros comerciais perderam a importância de outrora e terão que rever os modelos de negócio, visando a atrair consumidores para o ambiente físico e tendo que competir com o mercado digital.

Com a covid-19, ocorreu um acelerado processo de digitalização, pois era a única saída para algumas empresas não pararem de produzir. Tais circunstâncias contribuíram para acelerar a transformação digital das empresas e lares brasileiros. Fazendo com que o trabalho remoto se tornasse uma forma produtiva que articula em rede o mundo do trabalho, do estudo e social aos domicílios (AMARAL, 2021).

De acordo com Costa (2020) os trabalhadores remotos com curso superior ou pós-graduação eram 31,1%, seguidos, mas em patamar bem menor, de 5,9% pelos que possuem o médio completo ou superior incompleto. Apenas 1,5% dos trabalhadores nessa modalidade de trabalho se enquadra como sem instrução ou o fundamental incompleto.

Rezende et al. (2020) citam que a pandemia foi um grande desafio para as empresas, especialmente as micro e pequenas que não dispunham de folego financeiro para realizar novos investimentos, dado que o país acabou de sair de um período de recessão econômica. Os centros comerciais perderam a importância de outrora e terão que rever os modelos de negócio.

2.5 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Mesmo com todas as medidas do governo para ajudar as empresas no enfrentamento a crise econômica, as MPEs sofreram bastante para se reinventar mediante as novas formas de consumo. Foi observado, nas pesquisas do SEBRAE/FGV que cerca de 44% das MPEs acreditavam que suas empresas não teriam como operar de outra forma que não seja presencial, dado esse que mudou perante a última pesquisa, realizada na última quinzena de novembro de 2020, a qual apontou que a cada 10 empresas, 7 operam pelo meio digital (SCHREIBER et al., 2021).

Porém e Kunch (2020) comentam que as adaptações que as empresas tiveram que adotar sobre os protocolos de segurança e higiene foi outra adaptação importante. Nessa questão as MPEs foram ágeis para se enquadrarem, onde 80% dos negócios que estavam em operação, já estavam disponibilizando álcool em gel e aplicando o distanciamento mínimo entre clientes e funcionários.

O comportamento do empreendedor é crucial para a manutenção das atividades das MPEs durante a pandemia da covid-19, para aqueles empresários que

conseguiram retomar planos de ações para atingir as metas e os objetivos, assim como, para os que intensificam o contato com outras empresas, bancos, entidades e com o governo aumentam as chances de sobrevivência das empresas (RATTEN, 2020).

As MPEs possuem grande importância econômica, uma vez que a maior parte das unidades produtivas do país são deste segmento e contribuem na constituição de 30% do PIB brasileiro, além de ainda possuírem grande relevância social, gerando emprego e renda para boa parte da população, ofertando mais da metade dos empregos formais no país hoje, ultrapassando até mesmo médias e grandes empresas. A título de comparação, entre 2016 e 2019, as MPEs geraram mais de 13 milhões de postos de trabalho, enquanto as outras geraram por volta de 1 milhão (SEBRAE, 2020).

Para Sales e Macedo (2021) as empresas que costumam investir no aperfeiçoamento de produtos e serviços, estando atualizadas com respeito às tecnologias do setor, inovação em processos e procedimentos e investimento em capacitação, tiveram melhores oportunidades de sobrevivência no mercado na pandemia tendem a sobreviver mais no mercado.

O maior problema dos pequenos negócios é que eles não têm tanto fôlego financeiro para resistir a meses com baixo ou nenhum faturamento, e também pode ser difícil conseguir crédito, e ainda que consiga, depende de diversos fatores externos para conseguir pagar suas dívidas. Por esse motivo, as micro e pequenas empresas acabam sendo as mais afetadas, visto que grande parte delas atua nos setores de comércio e serviço, além dos trabalhadores formais ou informais que estão incapacitados de exercer suas atividades (RATTEN, 2020).

A grande maioria das micro e pequenas empresas atuam nos setores de comércio e serviço, que estão sendo os mais atingidos. Tais empresas são mais sensíveis justamente pelo fato de possuírem capital de giro muito limitado e baixíssimas reservas de capital. É importante destacar que as pequenas empresas no Brasil, sejam formais ou informais representam o trabalho de quase metade da massa de trabalhadores. Sendo assim, o fechamento dessas empresas significa um índice altíssimo de desemprego, o que prejudica a sociedade e a economia do país como um todo (FERREIRA JÚNIOR; SANTA RITA, 2020).

É importante destacar que, não são somente as grandes organizações e multinacionais que movimentam a economia, mas os pequenos negócios desempenham um papel de grande importância no desenvolvimento e crescimento econômico do país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apontam que as pequenas empresas são responsáveis por quase 60% dos empregos no Brasil e um terço da riqueza nacional provém dos micro e pequenos negócios (SENHORAS, 2020).

2.6 DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA

O Brasil é historicamente reconhecido como um dos mais desiguais dentre aqueles que formam o grupo dos países em desenvolvimento. As grandes transformações nas áreas metropolitanas e regionais, trouxeram impactos na sociedade e nas atividades econômicas, além de mudanças nas relações culturais e políticas, demandando um novo olhar sobre o fenômeno urbano (MATTA, et al., 2021).

O crescimento das desigualdades sociais e pobreza em escala global já era um dos efeitos já esperados pós pandemia, pois tais desigualdades se apresentam na economia brasileira em diferentes escalas (regional, gênero, cor, funcional) e são historicamente apontadas como a matriz dos principais problemas econômicos e sociais do país (FLEXOR; SILVA; RODRIGUES, 2021).

O curso e a gravidade da doença fizeram com que muitos governos adotassem intervenções de grande intensidade, como estratégias de *lockdown*, a fim de conter a infecção de novos indivíduos e reduzir a sobrecarga social da doença e sua mortalidade. Tais medidas, contudo, trouxeram uma mudança brusca na vida das pessoas e da sociedade em geral que foram além das questões sanitárias. O impacto na dinâmica econômica, social, política e cultural da população mundial pôs a prova a governança dos países e agências internacionais (NASCIMENTO; PRADO; CUNHA, 2021).

As situações das desigualdades sociais já eram muito grandes antes mesmo da chegada do coronavírus e foi agravada a partir de 2020, afetando a classe social mais pobre de diversas maneiras. De modo geral, a pandemia resultou na piora da distribuição de renda, aumentando a fome e impactando mais forte e diretamente a

população que já enfrentava diversos tipos de risco e de vulnerabilidades, tanto em moradia, renda familiar, saúde, educação e lazer (BÓGUS; MAGALHÃES, 2020).

A Covid-19 reforçou as desigualdades preexistentes, ao atingir grupos sociais mais pobres ou mais vulneráveis. A ocorrência de casos graves e óbitos por covid-19 entre negros, indígenas e idosos é notável. Além disso, mulheres e crianças são duramente atingidas pelas consequências da pandemia, tais como a sobrecarga de trabalho e a maior exposição à violência no ambiente doméstico, a privação do aprendizado e do convívio por conta do fechamento das escolas, além dos riscos de comprometimento da saúde psíquica (SIMIONATTO, 2023).

Segundo Costa e Freire (2021) a pandemia encontrou nas áreas metropolitanas, um ambiente muito propício para sua disseminação, especialmente em razão de dois fatores fundamentais: as condições de moradia caracterizadas em grande medida por precariedade, impossibilitando qualquer estratégia mais efetiva de isolamento social; e as condições de trabalho com enorme contingente da população dedicada ao trabalho informal e ao trabalho precário. Para esta parcela significativa da população brasileira, o “*home office*” foi uma impossibilidade, o que certamente contribuiu para a disseminação do novo coronavírus e da pobreza.

Cardoso (2020) afirma que para as famílias que vivem em situação de pobreza, o isolamento social não foi possível, pois esta parcela da população vive em casas de poucos cômodos, impossível de isolar algum membro que pegasse a doença, e devido este ser altamente contagiosa, facilmente iria se disseminar por todos que estivesse vivendo sobre o mesmo teto. Por isso, é essencial que o governo atue por meio de políticas públicas para atender e acolher essas pessoas que se encontram em condições de vulnerabilidade.

Para Simionatto (2023) o número de pessoas vivendo em situação de miséria teve um salto de quase 50% entre os anos de 2020 e 2021, três em cada dez brasileiros passaram a viver abaixo da linha de pobreza, um acréscimo de 22,7% em comparação ao ano de 2020. Já as pessoas em situação de extrema pobreza lamentavelmente subiu 48,2% no mesmo período.

As literaturas internacionais e nacionais destacaram três canais de transmissão que reforçariam os riscos do aumento das desigualdades por conta da Covid-19. O primeiro canal seria o educacional; o segundo a saúde e o terceiro a renda. O canal

educacional seria por conta das políticas de isolamento ou afastamento social, onde foi necessário o fechamento de escolas e demais instituições de ensino. O segundo canal trata-se da saúde, pois, por causa da precariedade, os números de infectados entre os mais pobres poderia ser maior. E o terceiro canal é a renda, inteiramente associada ao mercado de trabalho e ao patrimônio pessoal acumulado (SILVA; MIRANDA; HOFFMANN, 2021).

O segundo canal é relatado por Bógus e Magalhães (2022) é a saúde enfatizando que, devido as situações de desigualdades e pobreza a precariedade em situações de moradia poderiam aumentar os números de infectados entre os mais pobres. Cabe destacar também, o risco de desestabilização familiar caso algum parente pegue o coronavírus, podendo gerar efeitos sobre as condições de todo o grupo familiar. Logo, a orfandade também é um risco eminente, assim como, o risco de crianças e jovens em interromper seus estudos e entrar precocemente no mercado de trabalho em ocupações que oferecem pouca remuneração e segurança.

Para Ceolim e Nascimento (2020) a saúde e a desigualdade social dialogam em um cenário em que ricos tem amplo acesso à saúde, condições de vida saudáveis, saneamento básico, acesso à alimentação e água potável, à produtos de higiene e limpeza, enquanto pessoas desfavorecidas, como as de comunidades periféricas, não tem as mesmas condições de vida, de saúde, de trabalho, moradia, alimentação. É nesse cenário de desigualdade que as favelas brasileiras se inserem em meio à pandemia do Covid-19.

Nessas comunidades, que já se encontravam em condições precárias antes da pandemia, permitem que os agravos e a disseminação do vírus sejam ainda piores, gerando impactos na saúde da população em geral. Isso tudo se agravou com a pandemia, motivo pelo qual é importante investigar os desafios que têm se colocado às favelas brasileiras e como o governo brasileiro, enquanto órgão responsável pelas ações federais de combate à pandemia, têm se posicionado, sobretudo em relação às favelas e as políticas públicas elaboradas (MATTA, et al., 2021).

A realidade que muitas pessoas enfrentam no Brasil e, sobretudo, nas favelas, é a de viver em uma casa com poucos cômodos, dividindo o espaço com os demais membros da família. Entre esses, é comum se ter idosos e crianças, pessoas do grupo de risco, que não tem como se isolar dos demais familiares. Isso também acontece

com as pessoas que necessitam trabalhar para sobreviver e manter a família (FLEXOR; SILVA; RODRIGUES, 2021).

Bógus e Magalhães (2022) assimilaram o terceiro e último canal sendo a renda, inteiramente associada ao mercado de trabalho que durante a pandemia, os trabalhadores foram rapidamente atingidos por meio das medidas de restrição à mobilidade urbana. Contudo, grande parte dos trabalhadores de maior escolaridade e maior remuneração, conseguiram realizar seu trabalho via *home office*, o que não ocorreu para a grande maioria dos brasileiros que sobreviviam no comércio informal dos grandes centros urbanos, como é o caso dos vendedores ambulantes.

A situação pandêmica trouxe a esta parcela da população, além do medo e falta de esperança, a fome e a falta de renda. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, entre o final de 2021 e início de 2022 o número de brasileiros que convive com a fome atinge a vergonhosa cifra de 33 milhões, demarcando o triste retorno do país ao mapa da fome (DINIZ, et al., 2021).

Segundo Simionatto (2023) a renda domiciliar inferior a R\$ 500,00 atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, quase 30% da população do país. As situações de pobreza e fome, voltaram aos patamares dos anos 1990, e afirmaram que a pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, com certeza reflexo dos efeitos da pandemia, agravada pelo aumento das desigualdades sociais e pelo quadro de crise econômica global.

A redução da atividade econômica ocorreu em diversos países, que por consequência disso, diminuiram o volume e o preço das exportações do Brasil, foi o que ocorreu com os produtos que vieram da China e da Europa. As grandes indústrias tiveram que diminuir sua produção e/ou muitos casos, parar por completo suas atividades, fazendo aumentar o número de demissões e falências empresariais. No setor financeiro, observou-se a redução do crédito tanto ao setor bancário quanto ao consumidor (SILVA; MIRANDA; HOFFMANN, 2021).

A crise da pandemia, associada ao Covid-19, pôs em evidência as vulnerabilidades do mundo moderno, demonstrou a fragilidade das respostas e a grande dificuldade na proteção dos grupos sociais mais expostos à ação fisiopatológica do vírus. A humanidade foi confrontada com uma situação inesperada

de proporções globais e efeitos devastadores, tanto em termos de saúde como em termos económicos (BARDI, et al., 2020).

Para Matta et al., (2021) essa pandemia agravou a desigualdade e criou um ambiente gravemente inseguro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Nacional Bruto (PIB) caiu 1,5% no primeiro trimestre de 2020, refletindo o impacto da nova pandemia de coronavírus na economia brasileira. Esse número é o menor resultado desde o segundo trimestre de 2015, quando o indicador caiu -2,1%.

A partir desta crise, é reconhecido o importante papel da globalização na vida real das pessoas e dos países. Para Diniz et al., (2021) o modelo de desenvolvimento social e económico do mundo contemporâneo agrega a população das grandes cidades e a mobilidade entre países e continentes. Em meio isto, é necessário rever os processos de transição demográfica e epidemiológica, tendo em vista os riscos emergentes de doenças transmissíveis de natureza global que podem se disseminar ainda mais.

3.0 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação e antes de tudo, aquele que se dedica à geração de riquezas em diferentes níveis de conhecimento, inovando e transformando conhecimento em produtos ou serviços em diferentes áreas (LUCENA; RODRIGUES, 2022).

As circunstâncias trazidas pela pandemia de Covid-19 possibilitaram diversas mudanças e desafios para o empreendedorismo, muitas empresas precisaram se reinventar para sobreviver no mercado, exigindo estratégias para o enfrentamento da crise, requerendo severas adaptações pelos empreendedores em seus negócios (RATTEN, 2020).

A pandemia provocou uma parada súbita na atividade económica, e devido as medidas que o governo impôs, diversas empresas tiveram que se adaptar para não ficarem sem seus lucros. Contudo, se alguns dos serviços tiveram que parar, outros

triplicaram seu trabalho, como é o caso dos serviços de *delivery*, principalmente no segmento de alimentos. Com mais pessoas em casa, o número de pedidos por *delivery* aumentou. Em 2020, o Brasil representou sozinho quase metade (48,77%) dos pedidos de *delivery* de toda a América Latina (SALES; MACEDO, 2021).

Castro et al., (2021) destacam que os empreendedores são os primeiros a identificar oportunidades lucrativas de negócios, por isso, eles têm que estar sempre em estado de alerta, preparado para descobrir e explorar novas oportunidades. O movimento empreendedor tem como um dos principais objetivos estimular o crescimento e desenvolvimento orgânico e saudável dos trabalhadores e da economia nacional.

Segundo Silva, Miranda e Hoffeman (2021) as pessoas viram na atividade empreendedora, uma alternativa de renda extra ou até mesmo primário a qual possa amenizar os efeitos negativos do cenário pandêmico e como o empreendedorismo está ligado com os mais diversos setores da economia, ele pode ser uma válvula de escape para alavancar o crescimento econômico nacional sem depender da inserção de novas empresas estrangeiras em solo nacional.

De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) que realiza pesquisas sobre empreendedorismo no mundo, o número de empreendedoras no Brasil cresceu durante a pandemia da Covid-19, alcançando a marca de trinta milhões, no ano de 2020. Além disso, a taxa de empreendedorismo total no Brasil atingiu um percentual menor, pois caiu para 31,6% o que apresenta uma queda de 18,33% quando comparada com a taxa de 2019, que foi de 38,7%. Então o seguinte resultado, o Brasil caiu o 4º lugar para o 7º lugar em taxa de empreendedorismo no Brasil (GEM, 2020).

Para Lucena e Rodrigues (2022) a pandemia potencializou o aumento das compras *online*, e como a grande maioria dos serviços estavam de portas fechadas e funcionando apenas por *delivery*, cresceu o número de entregadores, classe está extremamente necessária para que o serviço de entrega das empresas pudesse funcionar.

3.2 A ERA DIGITAL COMO SOLUÇÃO

O uso da internet e sobretudo o de aplicativos aumentaram intensamente durante a pandemia. Diversas empresas, que até então, não tinham se familiarizado

com as novas tecnologias, tiveram que se transformar profundamente, para manter seus lucros, com isso, viram também nas redes sociais, uma forma de gerar renda. Seja postando fotos ou vídeos de seus produtos e/ou facilitando a compra dos mesmos através do pagamento *online* (IANNE et al., 2022).

Silva, Miranda e Hoffeman (2021) afirma que o desenvolvimento tecnológico durante a pandemia foi essencial para manter alguns serviços essenciais, principalmente no ramo alimentício. Os meios de comunicação e vendas tiveram que se aprimorar e lançar novas estratégias para manter competitividade no mercado. Como exemplo, pode-se citar o aumento de compras *online*, uso de equipamentos eletrônicos, mídias sociais, reuniões e aulas virtuais, entre outros.

O período pandêmico possibilitou grandes transformações tecnológicas, onde a tecnologia se torna mais presente na rotina das pessoas, facilitando as relações e as atividades, principalmente no âmbito da economia. Os meios digitais conectados facilitam a comunicação entre as pessoas, assim como, aumentam o poder de compra e realização de investimentos (RÊGO, et al.,2021).

Schreiber et al., (2021) afirmam que o mercado varejista foi o que mais se transformou mediante a pandemia. Com o fechamento de suas lojas físicas, os empreendedores deste segmento passaram a realizar suas vendas de forma *online* e tiveram que fazer diversas mudanças para tornar a experiência dos clientes no mundo virtual tão boa quanto o físico. Para isso, os profissionais de marketing foram essenciais para melhorar a forma de apresentar o produto, seja na embalagem, ou nas estratégias em meio as redes sociais.

Os impactos econômicos gerados pela recessão e agravados pela pandemia, acabaram por construir no empreendedor uma nova forma de apresentar seus serviços. Uma forma mais digital, onde os consumidores de várias partes do país e do mundo, podem comprar. Dessa forma, ver-se mudanças no comportamento dos consumidores, que preferem fazer suas compras de suas residências (CASTRO, et al., 2021).

Segundo Lucena e Rodrigues (2022) dos negócios que se reinventaram durante a pandemia, o *food delivery*, que são as entregas de comida, ganham destaque. Este segmento soube se reinventar pois implementaram o pagamento sem contato, e também passaram a vender produtos essenciais para ajudar os

consumidores. Além disso, tiveram lojas, que adotaram o envio de mensagem aos clientes, desejando que fiquem bem e a salvo, assim como, doação de máscaras e verbas para instituições.

Outros serviços que também aumentaram sua demanda na época da pandemia, foram os profissionais de saúde, os trabalhadores remotos que são aqueles que tiveram que migrar suas atividades para o ambiente doméstico, assim como os trabalhadores informais e os empreendedores (SILVA; MIRANDA; HOFFMAN, 2021).

De acordo com Rêgo et al. (2021) a crise como a provocada pela pandemia da covid-19, sem precedentes na história do capitalismo moderno, ameaçou o funcionamento e o desempenho das empresas. Os autores afirmam que os elementos fundamentais do empreendedorismo para lidar com a crise do coronavírus incluem assumir riscos, obter o conhecimento do próprio negócio, ter capacidade de entendimento das estruturas de funcionamento e da dinâmica de mudanças e competitividade do segmento em que a empresa atua, e ter criatividade e leitura de oportunidades de mercado para o desenvolvimento de inovação.

3.3 POLÍTICAS ECONÔMICAS: AUXÍLIO EMERGENCIAL E OUTROS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS

O Estado é responsável por desempenhar funções na sociedade e na contemporaneidade, uma destas funções é a diminuição da pobreza, redução das desigualdades sociais, bem como a promoção do bem de todos. Essas funções podem entrar em colapso caso ocorra alguns agravos na sociedade mundial, como foi no caso de uma pandemia (DINIZ, et al., 2021).

Durante o período pandêmico, ficou claro que a crise econômica se agravaria, pois, as medidas de restrição, principalmente a do isolamento social, fecharia diversos estabelecimentos, que, era fonte de renda de muitas famílias e trabalhadores informais, conseqüentemente iria aumentar a vulnerabilidade da população mais pobre. Tais trabalhadores não tinham nenhum vínculo contratual, então foram facilmente demitidos ou tiveram suas atividades paralisadas. Além disso, a maioria destes, não tinha como exercer a atividade *online* para vender seus produtos a distância (CARDOSO, 2020).

Segundo Souza (2021) a primeira atitude do executivo federal para salvar o emprego dos trabalhadores que obtinham trabalho formal, foi a elaboração da Medida Provisória 927, que permitia a suspensão dos contratos de trabalho por quatro meses sem pagamento dos salários, mas a barbárie foi tamanha que, após reações do conjunto da sociedade organizada, foi elaborada a Medida Provisória 936 com a denominação de Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda.

O governo editou a Medida Provisória (MP) 936 de 2020, na qual institui o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda onde permitiu a redução da jornada de trabalho com percentuais que podiam ser, a princípio, de 25%, 50% ou 70%, com correspondente desconto nos salários, além da autorização para a suspensão do contrato de trabalho (redução de 100% da jornada e do salário). O consequente corte nos salários seria proporcionalmente compensado de acordo com o valor do seguro-desemprego (BRASIL, 2020).

O programa delimitou seus objetivos com base na preservação do emprego e renda, garantia da continuidade das atividades das organizações e redução do impacto nos salários dos trabalhadores em decorrência das medidas de contenção à pandemia. Assim, foram desenvolvidas iniciativas para criação de pagamento de benefício emergencial, redução proporcional de jornada de trabalho e salários, bem como a suspensão temporária dos contratos de trabalho. No entanto, tais medidas não foram aplicáveis aos órgãos de administração pública direta e indireta, empresas públicas e sociedades de economia mista (MARINS, et al., 2021).

Souza (2021) também enfatizou sobre o aumento da realização de atividades em formas precárias, como estratégias de antecipação de férias e feriados, adoção de regime especial de compensação de horas e a suspensão de medidas de saúde e segurança. Ou seja, mais uma vez há uma imbricação entre desemprego e precarização do trabalho, quando esta serve, ideologicamente, como estratégia de camuflar aquele, com a desculpa da modernização das relações trabalhistas ou, no caso aqui em questão, de combate ao desemprego decorrente da crise sanitária, desde que não se prejudique a esfera econômica/fiscal.

Entretanto, apesar da medida provisória, não houve um plano central do governo federal para reorientar a economia e ajustar a produção industrial para atender as demandas dos produtos necessários, de maneira que, este fato, poderia

ter contribuído com a geração de diversos empregos, bem como a manutenção da oferta dos produtos e serviços essenciais (GUSSEN; MARTINS, 2021).

Para minimizar o impacto da crise econômica sobre os grupos vulnerabilizados socialmente, criou-se em 2020 o Auxílio Emergencial (AE) com o propósito de atenuar as consequências decorrentes da ampliação do desemprego, do trabalho informal precarizado, da pobreza e da fome no contexto da pandemia da covid-19. Este auxílio foi instituído em duas versões, a versão 2020 e a de 2021. Em 2020 foi aprovada pelo Congresso brasileiro e sancionada pela Presidência da República mediante Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020, e a versão 2021, aprovada pelo Congresso brasileiro por meio da Medida Provisória n. 1.039, de 18 de março de 2021 (BRASIL, 2020).

O AE trata-se de um programa de transferência monetária massivo, sem condicionalidades, mas altamente focalizado, onde foi disponibilizado no período de abril a agosto de 2020, a quantia mensal de R\$ 600,00, para até duas pessoas da mesma família, sendo que para as famílias chefiadas por mulheres o valor mensal foi de R\$ 1.200,00. Contudo, nos meses de setembro a dezembro do mesmo ano, o valor foi reduzido para R\$ 300,00, mantendo pagamento duplicado para mulheres responsáveis por famílias monoparentais (BRASIL, 2020).

O público-alvo foi composto de microempreendedor individual; contribuinte individual ou facultativo do Regime Geral da Previdência Social; trabalhador informal inscrito no Cadastro Único do governo federal ou em aplicativo da Caixa Econômica Federal; e beneficiários do Bolsa Família. Benefício Emergencial, pontos positivos como: o atendimento massivo no contexto de avanço da pobreza, alcançando 68.234.466 pessoas; aplicou R\$ 293.337.689.560,00 de reais; ampliou o espaço para a proteção social, mesmo que emergencial e provisória e, contraditoriamente, explicitou o tamanho da pobreza no Brasil, impulsionando o debate sobre programas de transferência monetária condicionados e de Renda Básica Universal (SILVA, 2022).

Bacchiogga et al., (2022) enfatiza que o AE veio para minimizar os efeitos que as medidas restritivas para conter o coronavírus deixaram, principalmente os trabalhadores informais e população que é microempreendedor individual, contribuinte individual da Previdência Social, pessoas inscritas no CadÚnico. A

implementação deste auxílio só foi possível devido as políticas sociais administradas pelo Ministério da Cidadania, tais como o CadÚnico e o Programa Bolsa Família.

De acordo com Sordi (2023) o maior desafio para a implementação do AE foi a inclusão digital, logo, apesar do avanço tecnológico da última década, grande parte da população ainda não estava familiarizada com aplicativos em smartphones para receber dinheiro. O aplicativo do AE também apresentou diversos problemas que aumentaram a dificuldade das pessoas a aderirem o novo sistema.

Costa e Freire (2021) apresentaram dificuldades no percurso do AE, tais como: O sistema que era muito informatizado, de difícil compreensão, e por muitas das vezes apresentava travamentos, devido ao grande número de pessoas utilizando-o. Além disso, necessitava de uma boa conexão com a internet para que o sistema carregasse as mensagens e imagens. Tiveram também inúmeras dificuldades com o manejo do aplicativo, ocasionando em um grande aglomerado nas agências bancárias, ampliando a potencialidade de contágio do coronavírus.

Segundo Costa (2020) para cada trabalhador formal desligado, três informais perderam seus postos ou deixaram de trabalhar. Evidências apontam, porém, que o AE de fato foi eficaz em proteger economicamente as famílias mais pobres, mas o AE não se tratou de uma política desenhada para o combate a mecanismos regulares que geram pobreza e desigualdade, como é o caso do Bolsa Família.

Ocorreram também dificuldades de acesso junto às agências pagadoras; distorções na concessão e denúncia de uso indevido do benefício; falta de transparência na seleção do público demandante; informações desencontradas e atrasos nos pagamentos; demora no processo de análise das solicitações, além de desconsiderar o aparato institucional já consolidado no Cadastro Único do governo federal, que dispõe de 11.908 postos em todos os municípios e a experiência de 18 anos do Bolsa Família (SILVA, 2022).

Segundo Cardoso (2020) situação de vulnerabilidade, que o benefício, em teoria, objetivou minimizar, encontra-se presente na realidade de cidadãos que já tinham algum tipo de relacionamento com políticas de assistência social, em momento anterior à pandemia, como Programa Bolsa Família, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (MEI).

Para Costa, Magalhães e Cardoso (2023) o AE ajudou a diminuir o impacto da crise econômica nas famílias mais vulneráveis, assim como nas classes mais altas, via efeito indireto, portanto, contribuiu positivamente para atenuar os efeitos da pandemia. Porém, muitos analistas alertaram para a importância das medidas de longo prazo para a garantia da proteção social adequada no país.

Nos três primeiros meses de 2021, ocorreu a suspensão do AE, sendo recriado em abril do mesmo ano mediante a Medida Provisória n. 1.039, de 18 de março de 2021. Na reedição do benefício, o governo federal lançou uma proposta mais restritiva e aumentou os critérios que incluem as famílias no programa, deixando mais confusos e excessivamente numerosos. Além disso, o valor mensal foi reduzido pela metade, de modo que para mulheres provedoras de família monoparental, ficou em R\$ 375,00; o valor médio foi limitado a R\$ 250,00 e o valor para família unipessoal foi de R\$ 150,00 (SILVA, 2022).

Com isso, de acordo com o Ministério da Cidadania, houve uma queda de 42,37% em beneficiários, totalizando a 39,3 milhões de pessoas, sendo aplicados pelo governo federal, segundo o Portal da Transparência, R\$ 605.125.747,00, valor muito inferior ao aplicado em 2020, que foi de R\$ 293.337.689.560,00 (BRASIL, 2021).

Segundo Bacchiegga et al., (2022) as pessoas que já eram cadastradas no Programa Bolsa Família já cumpriram às regras, não sendo necessário nenhum tipo de requerimento ou novo cadastramento, então, foram amparados automaticamente pelo AE. Para os demais cidadãos não cadastrados no CadÚnico, foram identificados como “ExtraCad”, onde ocorreu a exigibilidade de efetuar uma solicitação digital, através do site ou aplicativos, desenvolvidos pela Caixa Econômica Federal.

Costa, Magalhães e Cardoso (2023) afirmaram que, com a chegada no novo auxílio, os problemas que advinham do ano anterior, não foram sanados e agora, o de 2021, o governo Bolsonaro lançou duas versões de Benefício Emergencial. O programa Bolsa Família, criado em 2003, foi reexaminado e encerrado em 2021, onde, em seu lugar, surgiu um novo programa chamado Auxílio Brasil por meio da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Segundo Silva (2022) o Auxílio Brasil apresenta como alguns de seus objetivos: a promoção da cidadania com garantia de renda; permitir o desenvolvimento das crianças na primeira infância e adolescentes em situação de pobreza ou extrema

pobreza, tendo como público-alvo as famílias com renda familiar mensal de até R\$ 105,00, que são as classificadas como extrema pobreza; além de famílias com renda mensal familiar de até R\$ 210,00. Tais famílias, devem estar no Cadastro Único com informações atualizadas para terem direito a tais benefícios.

O Auxílio Brasil reedita e realiza algumas adaptações, as condicionalidades do Bolsa Família na educação e na saúde, onde algumas condições são: comprovar a frequência escolar mensal mínima de 60% para crianças de quatro e cinco anos de idade e de 75% para beneficiários de seis a 21 anos; além disso, deve estar com o calendário nacional de vacinação instituído pelo Ministério da Saúde em dia; bem como, acompanhar o estado nutricional de crianças com até sete anos de idade incompletos e, no caso das gestantes, realizar o pré-natal. Todos estes requisitos terão avaliação mensal da situação familiar pela Dataprev (BRASIL, 2021).

Os benefícios monetários básicos no Auxílio Brasil são três: O Benefício Primeira Infância; Benefício Composição Familiar; e o Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Uma só família está passível para receber os três, sendo que os dois primeiros são pagos até o limite de cinco benefícios por família. Além destes, este novo auxílio disponibiliza, outros cinco: a Bolsa de Iniciação Científica Júnior; o Auxílio Esporte Escolar; a Inclusão Produtiva Rural; a Inclusão Produtiva Urbana, e; o Benefício Compensatório de Transição (BRASIL, 2021).

Costa, Magalhães e Cardoso (2023) citam que, mediante os auxílios implementados pelo governo, no que tange ao enfrentamento da crise econômica agravada pela pandemia, surgem os efeitos positivos. No último semestre de 2020, o PIB industrial apresentou crescimento de 14,8% em relação ao trimestre anterior e o setor de serviços cresceu 6,3% neste mesmo período. O poder multiplicador fiscal do AE foi essencial para minimizar os efeitos negativos da pandemia sobre o PIB nacional.

3.4 OS DESAFIOS PRESENTES NO COTIDIANO

Para Souza (2020) a pandemia interferiu nas atividades e na maneira de se olhar para a realidade e para o mundo, impondo uma nova ordem, outro ritmo para a humanidade, com a educação não foi diferente, o cotidiano das pessoas mudou e a

escola tem tentado se ressignificar. Instituições de ensinos de todos os níveis (creches, escolas, universidades), tiveram que adaptar suas atividades.

O cenário instável trazido pela pandemia, impacta tanto a economia e o social, e é necessário adaptar-se à situação, procurando soluções para superar a crise, contando com um bom planejamento governamental, que envolve concessão de garantias de empréstimos, maior liquidez, crédito às empresas (principalmente micro e pequenas), além de outras ações que possam protegê-las, também como seus trabalhadores (LUCENA; RODRIGUES, 2022).

Moretti et al. (2021) afirmam que a pandemia mostra um cenário de risco e tira os gestores da zona de conforto, propiciando assim, necessidade de acelerar o processo de transformação digital por meio de ferramentas de inovação para se manter no mercado. Isso inclui estratégias de marketing que possam influenciar os clientes a escolherem comprar o produto daquela empresa e não de outra. Novas ferramentas precisaram ser estudadas de maneira rápida para atraírem clientes.

Para Lana et al., (2020) a infraestrutura e tecnologia das empresas, também é uma questão importante, pois em alguns casos as organizações tinham que ter capital suficiente para adaptar-se as mudanças que não eram tão baratas, se tratando de investimentos em aparelhos eletrônicos e outros.

Além disso, a dificuldade de lidar com a tecnologia e novas modalidades de trabalho trouxe uma camada de desafios para as pessoas que não estavam acostumados com esse tipo de serviço. Ainda existe no Brasil, um grande número de empresas familiares que não tem tanto conhecimento sobre a implantação de um modelo de trabalho home office ou posicionamento digital (SALES; MACEDO, 2021).

Para Lima Neto et al., (2020) a crise econômica também fez as famílias repensarem seus hábitos de consumo. Houve uma desvalorização dos supérfluos e uma atenção maior a itens de primeira necessidade. A redução dos espaços físicos das empresas e eventual aumento de espaço nas residências, para que o trabalho fosse realizado de casa, assim como as aulas de escolas e universidades. Esse novo hábito no campo profissional demandando uma nova estrutura nas residências, principalmente com uma internet de melhor qualidade, para isso, os softwares com esse objetivo e soluções de tecnologia da informação também serão uma necessidade.

A emergência da pandemia, as escolas precisaram se organizar para migrar para o ensino com o uso das tecnologias digitais. Esta migração gerou uma transposição de práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem, o chamado ensino remoto (MATTA, et al. 2021).

Segundo Nascimento, Prado e Cunha (2021) diversas atividades passaram a ser realizadas dentro de casa, como trabalhar, estudar e fazer compras. As residências tiveram que se modificar à medida que os consumidores lidavam com a pandemia, surgiram escritórios improvisados, salas de aula, estúdios de transmissão, academias, locais de culto e consultórios.

A internet ganhou muito espaço no período pandêmico, e outro setor que cresceu muito devido essa expansão tecnológica, foi o da educação. A necessidade do fechamento das escolas fez avançar as propostas de ensino a distância, que já vinha crescendo desde 2011. Segundo o INEP (2022) entre os anos de 2011 e 2021 a modalidade de educação a distância (EaD) aumentou 474%, tendo seu principal avanço durante a pandemia. Em 2011 os estudantes que utilizavam o EaD correspondiam a 18,4%. Já em 2021, este percentual chegou a 62,8%.

O Censo da Educação Superior (2021) abordou que também ocorreu aumento de estudantes nos cursos superiores, registrando 2.574 instituições de educação superior, onde 87,68% (2.261) eram privadas e 12,2% (313), públicas. O Censo ainda afirmou que, pela primeira vez na história, o número de estudantes de EaD ultrapassou os de alunos que iniciaram a graduação presencial, no caso das instituições privadas. Nessa rede de ensino, no ano de 2021, 70,5% dos estudantes ingressaram por meio de cursos remotos. Em 2021, foram mais de 3,7 milhões de matriculados em cursos a distância, o percentual de matriculados em EaD aumentou 274,3%, enquanto, nos presenciais, houve queda de 8,3%.

Para Nascimento e Cruz (2021) a operacionalização do EaD no Brasil, aumentou as desigualdades educacionais, principalmente no ensino público, pois para ter um ensino a distância de qualidade, é preciso uma série de fatores, como: um ambiente favorável que o estudante possa se concentrar durante a aula; uma internet rápida para que não ocorra interferências durante a transmissão; capacitar bem os professores para a nova modalidade, dentre outros.

Dados da ONU indicam que 189 países apresentaram algum grau de fechamento de instituições de ensino, o que levou a aproximadamente 1,5 bilhão de estudantes fora dos espaços escolares. As crianças e jovens que viviam em condições sociais mais vulneráveis encontram-se em clara desvantagem (ONU, 2020).

Desde o início do isolamento social, a educação teve que ser repensada rapidamente e embora a ingressão dos meios tecnológicos já estivesse sido iniciada no processo de aprendizagem, nem todas as instituições estavam preparadas para ofertar o ensino 100% *online* (SALES; MACEDO, 2021).

As adaptações para as tecnologias e ao mundo digital emergiram tanto no ensino público quanto no ensino privado, e essa adaptação só foi possível devido a utilização de “videoconferência, redes sociais e até mesmo na modalidade de EaD. Ao que tudo indica, vai passar a existir mesmo depois de 2020 um “novo normal”, também na educação. Entretanto, as situações da população que vivem em situações precárias ainda é um grande desafio para o governo brasileiro. Muitas crianças e jovens, não tem condições de ter internet em casa, muito menos de um aparelho eletrônico que facilite esse acesso (MARTINS; CASTRO, 2021).

Os professores e alunos tiveram que se acostumar e se reinventar na forma de aprender e de ensinar: com aulas *online* e videoaulas, entre outras ferramentas. Os educadores se viram diante de novos desafios, aos quais estavam pouco ou nada preparados. A pandemia acelerou o processo de transição de modelos e de valorização das ferramentas que possibilitam um ensino a distância (COSTA, et al., 2020).

De acordo com monitoramento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 22 de abril de 2020 eram 1,579,634,506 estudantes afetados, ou seja, 90.2% do total de estudantes matriculados no mundo. Em 05 de março de 2021 esse número reduziu para 8.3% do total de estudantes matriculados. Agora a distância entre as instituições de ensino e as pessoas não é mais um obstáculo. Com a tecnologia e os meios de comunicação a Educação a Distância (EaD) se tornou uma alternativa para quem está à procura de conhecimento e cursos formais (ONU, 2020).

Entretanto, como afirma Lima Neto et al., (2022) essa realidade não contemplou todas as residências brasileiras. A maioria dos trabalhadores informais, enfrentaram

diversos problemas após o fechamento do comércio, problemas que vão desde a falta de renda para suas necessidades básicas, bem como, a falta de prática em lidar com o mundo tecnológico, que se tornou essencial nesta época pandêmica. Com isso, grande número de desigualdades sociais e a pobreza no país, aumentaram.

4.0 REFERENCIAL METODOLÓGICO

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa do tipo revisão de literatura.

Para Marconi e Lakatos (2017) a pesquisa exploratória se caracteriza pelo enfoque interpretativo. Desse modo, este tipo de pesquisa, estimula os entrevistados a pensarem sobre um tema, mostrando aspectos subjetivos para que respondam de maneira espontânea.

Para Gil (2017) as pesquisas descritivas discorrem sobre características de uma definida população ou fenômeno, podendo ter como finalidade também a capacidade de detectar possíveis relações entre variáveis. Podendo salientar-se pesquisas que tem como objetivo avaliar particularidade de um grupo, como, idade, escolaridade, estado de saúde; sendo acrescentadas também pesquisas que buscam as opiniões, crenças, atitudes de um público.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2014), ancora-se nas categorias científicas, na intersubjetividade, na criatividade e na comunicabilidade. Insere-se, desta maneira, o desafio de aproximar-se das pesquisas qualitativas como interlocutoras crítico-reflexivas, conhecendo suas metodologias, ponderando sobre teorias e métodos e discutindo seus paradigmas.

A revisão de literatura refere-se à fundamentação teórica que você irá tratar o tema e o problema de pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada você irá traçar um quadro teórico e fará a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2017).

4.2 COLETA DE DADOS

As bases de dados utilizadas para realização do levantamento bibliográfico do estudo deram-se por meio de duas bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica

Online (SCIELO) e GOOGLE ACADÊMICO (Lista textos completos da literatura acadêmica em uma extensa variedade de formatos de publicação).

4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para realizar a seleção da amostra nas bases de dados foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos em português e inglês em fontes eletrônicas publicados nos últimos 03 anos (2020 a 2023), utilizando o descritor “and” para busca de textos completos disponíveis gratuitamente nas bases de dados que foram selecionadas, tendo como assunto principal covid-19 na economia, sociedade brasileira e aspectos gerais impactados pela covid – 19.

4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Foi realizada uma leitura minuciosa dos artigos selecionados, visando analisar a coerência dos estudos escolhidos com a pergunta norteadora e objetivos, atentando-se sempre se os mesmos atendiam aos critérios de inclusão. Nesta fase o objetivo é evidenciar e resumir o conteúdo dos estudos selecionados, por meio de recursos que possam conectar e reestruturar os estudos, determinando assim a convicção dos resultados fortalecendo o tema analisado.

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo é uma leitura aprofundada, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo. A operacionalização da análise de conteúdo possui três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos dados obtidos.

As informações incluídas nesse estudo são suficientes e consideráveis e permitirão para o leitor avaliar a pertinência na produção da revisão e o detalhamento dos estudos incluídos. Após leitura de todo material explanado, as informações adquiridas foram analisadas e separadas de acordo com os capítulos apresentados na revisão bibliográfica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, desde o início da pandemia, medidas de restrição tiveram que ser tomadas a fim de reduzir a disseminação do vírus. Isolamento social, fechamento do comércio e outros para evitar a aglomeração de pessoas. Contudo, tais restrições

apesar de serem essenciais, geraram impactos diretos na economia e em toda sociedade brasileira.

Dentre os impactos relatados pelos estudos coletados, destacam-se o desemprego, que foi uma das principais consequências durante a pandemia, atingindo uma grande parcela da população, principalmente nos setores que lidavam diretamente com o público em massa, como o turismo, lazer e comércio, assim como, a produção do setor industrial, que teve queda histórica.

As circunstâncias trazidas pela pandemia de covid-19 possibilitaram diversas mudanças e desafios também no empreendedorismo, assim, outro achado importante nos artigos coletados foram as adaptações que as empresas tiveram que ter, principalmente as que pequeno e médio porte. Muitas delas precisaram se reinventar para sobreviver e foi com o desenvolvimento tecnológico que elas encontraram uma forma de continuar gerando renda.

Os meios de comunicação via internet, como celulares, facilitaram a troca de informação, permitindo que a maioria da população pudesse realizar suas compras e pedidos sem sair de casa. As empresas tiveram que se adequar para manter competitividade no mercado. Assim, a tecnologia se tornou mais presente na rotina das pessoas, facilitando as relações e as atividades, principalmente no âmbito da economia e educação. As residências tiveram que se modificar à medida que os consumidores lidavam com a pandemia, surgiram escritórios improvisados, salas de aula, estúdios de transmissão, academias, locais de culto e consultórios. A internet ganhou muito espaço e em muitos casos, se tornou a principal forma de obter suprimentos essenciais.

Entretanto, não foram em todos os domicílios que isso aconteceu, pois, uma grande parcela da população, que já viviam nos limites da sobrevivência e enfrentando os mais diversos tipos de risco e vulnerabilidades, ficaram sem assistência. As condições de moradias, o trabalho precário e a falta de recursos, fizeram com que as situações de desigualdades e pobreza aumentassem mais ainda.

A resposta do governo federal veio com a criação do Auxílio Emergencial para diminuir os agravos sociais e econômicos, beneficiando principalmente ao microempreendedor individual e pessoas inscritas no bolso família. Contudo, outros problemas surgiram na aplicação deste, pois a inclusão digital ainda não estava

familiarizada na população, principalmente nestas pessoas que viviam em condições limitadas, onde muitas vezes não tinham um aparelho tecnológico, nem acesso à internet ou não sabiam utilizar os aparelhos eletrônicos.

A pandemia trouxe diversas mudanças na sociedade e principalmente na economia brasileira. Logo, os avanços tecnológicos tiveram um papel primordial na evolução dos sistemas, na maneira de movimentar a economia, na interação entre as pessoas e principalmente na forma de obter informação. Contudo, é preciso rever e estudar mais profundamente, como tal mudança pode afetar as situações das desigualdades sociais e pobreza e como o governo pode dar assistência a essa parcela da população que foi severamente atingida e que ainda luta para sobreviver.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. S. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista em Pauta**, Em. 48, v. 19, p. 57 – 69, 2021

BACCHIEGGA, F, et al. Políticas públicas e enfrentamento da covid-19 no Brasil: controvérsias sobre o auxílio emergencial (LEI 13.982/20). **Revista de Direito e Cidadania**, v. 14, n. 1, p. 248-276, 2022.

BADIOU A. Sobre a situação epidêmica. Coronavírus e a luta de classes. Brasil: **Terra sem amos**, p. 35-42, 2020.

BARDI, G, et al. Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v.4, n. 2, p. 496-508, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, M. L. et al. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.

BELASCO, A. G. S; FONSECA, C. D. Coronavírus 2020. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 2, p. 1 – 17, 2020.

BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, L. F. A. **Desigualdades socioespaciais e pandemia: impactos metropolitanos da Covid-19**. São Paulo: Paulinas, 2020.

BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, L. F. A. Desigualdades sociais e espacialidades da covid-19 em regiões metropolitanas. **Caderno CRH**, v. 35, p. 1-16, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. **Diretrizes para diagnóstico e tratamento da Covid-19**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica – Emergência em Saúde Pública de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019: vigilância integrada de Síndromes Respiratórias Agudas, doença pelo Coronavírus 2019, Influenza e outros vírus respiratórios**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. **Decreto n. 10.852, de 8 de novembro de 2021**. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n. 1.061, de 9 de agosto de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. **Medida Provisória n. 1.061, de 9 de agosto de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, 2020.

CASTRO, B. L. G, et al. Empreendedorismo e coronavírus: impactos, estratégias e oportunidades frente à crise global. **Estudios Gerenciales**, v. 37, n. 158, p. 49 – 60, 2021.

CEOLIM, R.; NASCIMENTO, V. R. Interfaces entre saúde global e desigualdade social em tempos de pandemia: A (des)proteção das favelas brasileiras no enfrentamento ao Covid-19. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 2, p. 950 – 977, 2022.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de administração pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020.

CARDOSO, J. Á. D. L. A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a “corona-crise”. **Revista Katálisis**, v. 23, n. 3, p. 615-624, 2020.

COSTA, D. S. M, et al. A Educação a Distância no Brasil e no Mundo: conceitos, história e outros apontamentos. **Revista Parajás**, v. 3, n. 1, 2020.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. M. **Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa**. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 7, p. 1 – 16, 2023.

COSTA, E. F.; FREIRE, M. A. S. **Estudo de avaliação do programa de auxílio emergencial: uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 3, p. 24363-24387, 2021.

DE MACEDO, Luziene Dantas; DE MACEDO, José Roberval Dantas. A pandemia de Covid-19: aspectos do seu impacto na sociedade globalizada do século XXI. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 40-53, 2020.

DINIZ, D. S, et al. Covid-19 e Doenças Negligenciadas ante as desigualdades no Brasil: uma questão de desenvolvimento sustentável. **Revista Saúde Debate**, v. 45, n. 2, p. 43-55, 2021.

FERNANDES, A. C, et al. As grandes pandemias da história da Europa e os seus impactos na nossa civilização: desafios da moderna saúde pública. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 10, n. 2, p. 19-30, 2021.

FELIPE, I. F. R, et al. Impactos da Pandemia de Covid-19 sobre Profissionais de Gestão de Pessoas. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 211-225, 2021.

FERREIRA JÚNIOR, R. R.; SANTA RITA, L. P. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de Orospecção**, vol. 13, n. 2, 2020.

FLEXOR, G.; SILVA, R. D.; RODRIGUES, A. O. A Covid-19 e o agravamento das desigualdades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 52, p. 905-926, 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI – **World Economic Outlook**. International Monetary Fund. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2019**. Curitiba: IBQP, 2021.

GUSSEN, A. F.; MARTINS, R. Comando Covid. **Revista Carta Capital**, v. 26, n. 1141, p. 1 – 16, 2021.

HOCHMAN, G.; BIRN, A. E. Pandemias e epidemias em perspectiva histórica: uma introdução. **Revista Topoi**, v. 22, n. 48, p. 577-587, 2021.

IANNI, A. M. Z, et al. Individualização e trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Saúde Debate**, v. 46, n. 134, p. 857-869, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - PNAD Contínua, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – INEP. **Censo da Educação Superior**. Assessoria de Comunicação Social do Inep, Ministério da Educação, 2022.

LANA, R. M, et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 3, 2020.

LIMA NETO, O, et al. Impacto da pandemia na economia brasileira. **Revista Gestão em Foco**, v. 1, n. 14, p. 199 – 205, 2022.

LUCENA, P. F.; RODRIGUES, D. F. Empreendedorismo feminino na cidade de João Pessoa-PB: dificuldades enfrentadas no período do covid-19. **Campos do Saber**, v. 8, n. 1, p. 1 – 19, 2022.

KLEINSCHMITT, M. H.; MARTINS, W. As grandes pandemias que assolaram o Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. 1 – 13, 2022.

MACIEL, F. M, et al. As particularidades dos empreendedores diante do enfrentamento do isolamento social: resiliência na pandemia. **Revista CGE**, v. 9, n. 2, p. 45 – 55, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas 2017.

MARINS, M. T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de epidemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 669-692, 2021.

MARTINS, V; CASTRO, B. R. É tempo de transformação na educação: docência, tecnologias digitais e pandemia. **Revista Práxis**, v. 13, n. 25, p. 69 - 78, 2021.

MATTA, G. C, et al. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19, 221p, Editora FIOCRUZ, 2021.

MINAYO, M. C. S et al. **O desafio do conhecimento-pesquisa qualitativa em saúde**. 13. Ed. São Paulo: Hucited, 2014.

MORETTI, S. L, et al. Comportamento do consumidor durante a pandemia do COVID-19: análise latente de classes sobre atitudes de enfrentamento e hábitos de compra. **Management Studies**, v. 37, n. 159, p. 303-317, 2020.

NASCIMENTO, L. S.; CRUZ, A. G. Educação em tempos de pandemia e o fortalecimento da educação a distância no ensino superior: as oportunidades do lucrativo mercado educacional. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v.13, n.1, p.258-276, 2021.

NASCIMENTO, C.; PRADO, N. CUNHA, C. COVID-19 e modelos de gestão nas micro e pequenas empresas: qual a melhor saída? **Revista Expectativa**, v. 20, n. 1. p. 50-72, 2021.

NASSIF, J, et al. Estão empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do Covid-19. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 9, n. 2, p. 1 – 12, 2020.

NETO, M, et al. Lições do passado no presente: notícias da pandemia de gripe espanhola à Covid-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 1, p. 1 – 8, 2022.

POREM, M.; KUNSH, M. Inovação, comunicação e pequenos negócios em tempos de pandemia: relatos de experiência de agentes locais de inovação. **Revista Comunicação e Inovação**, v. 22, n. 48, p. 5-22, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Covid-19: estimular a economia e o emprego**. 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_749513/lang—pt/index.htm. Acesso em: 15. ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial da Saúde no Brasil. Brasília-DF, 2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de monitoramento global da educação 2020**. Global Education Monitoring Report Team, 90p, 2020. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/Overview/>. Acesso em: 17. ago. 2023.

RATTEN, V. Coronavirus and international business: An entrepreneurial ecosystem perspective. **Thunderbird International Business Review**, v. 62, n. 5, p. 629-634, 2020.

RIBEIRO, A. C. R. C.; MARQUES, M. C. C. Tudo pela hora da morte! História, epidemias e desigualdades. **Saúde e Sociedade**, v.32, n.1, p. 1 – 15, 2023.

REZENDE, A. A, et al. A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na pandemia de Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 53-69, 2020.

RÊGO, G, et al. Turismo de eventos e covid-19: aportes dos protocolos de segurança e estratégias para a retomada do setor. **Revista Ateliê do Turismo**, v. 5, n. 1, p. 89-118, 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Como as empresas do setor de eventos estão se adaptando ao impacto da pandemia.** Brasil: 2ª edição, 2020.

SALES, I. K. B; MACEDO, M. E. C. O Impacto da Pandemia da COVID-19 no Cenário das Micro e Pequenas Empresas. **Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v.15, n. 57, p. 215-229, 2021.

SENHORAS, E. M. Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. **Boletim de Conjuntura**, v. 1, n. 2, 2020.

SCHREIBER, D, et al. O impacto da crise pelo Covid-19 nas micro e pequenas empresas. **Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 12, n. 1, 2021.

SIMIONATTO, I. Crise Sanitária, Territórios e Pobreza. **Revista Katálysis**, v.26, n. 1, p. 1-4, 2023.

SILVA, L. A, et al. Pandemias e suas repercussões sociais ao longo da história associado ao novo SARSCOV-2: Um estudo de revisão. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, 2021.

SILVA, D. L. B.; MIRANDA, A. L.; HOFFMANN, V. E. Viva ou deixe morrer: estratégias para o enfrentamento da COVID-19 sob a perspectiva empresarial em São Luís do Maranhão. **Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 1, p. 1 – 18, 2021.

SILVA, M. O. S. Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza? **Serviço Social e Sociedade**, n. 145, p. 53-71, 2022.

SILVA, P. H. I. O mundo do trabalho e a pandemia de Covid-19: um olhar sobre o setor informal. **Caderno de Administração**, v. 28, n. 2, p. 66-70, 2020.

SORDI, D. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciências e Saúde**, v.30, p. 1 – 20, 2023.

SOUZA, E. P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 30, p. 110 – 118, 2020.

SOUSA, D. O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1 – 15, 2021.

SOUZA, A. S. R, et al. Aspectos gerais da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil**, v. 21, n. 1, p. 47 – 64, 2021.